

DESAFIOS DA INTEGRAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DOS ÓRGÃOS COM A COMUNIDADE DO BONFIM

HAMILTON FILHO¹, RODRIGO MEDEIROS², YARA VALVERDE³

¹Graduado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2009). É mestre em Ciências pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2012), e-mail: hamsouza@yahoo.com.br

²Graduado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1997). É doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2003), e-mail: medeiros@ufrj.br

³Graduado em Ciências Biológicas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1980). É doutora em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2009), e-mail: yaravalverde@hotmail.com

1. RESUMO

Nos últimos anos, o Brasil é um dos países que mais se destacaram na criação de áreas especialmente protegidas. Os parques nacionais fazem parte da categoria que mais recebem incentivos e visibilidade por fazerem parte do grupo de proteção integral e, também, por permitir a visitação do público. A área no entorno dos parques nacionais é um espaço sensível, tanto pela conservação dos recursos naturais quanto pela ocupação realizada pelas populações humanas que ali vivem. O presente trabalho procurou entender a relação entre o Parque Nacional da Serra dos Órgãos (PARNASO) e a comunidade do Bonfim que se encontra no seu entorno e no seu interior. Para tanto, foram utilizados dados censitários, de pesquisa documental e bibliográfica, e a realização de um estudo de caso e análise quantitativa e qualitativa dos resultados. Verificou-se que a relação entre o parque e o Bonfim tem um histórico antigo de conflitos, porém, há uma gama de possibilidades em que ambas as partes podem ser beneficiadas. Porém, para que isso se torne uma realidade, é necessário o aperfeiçoamento das políticas e dos projetos por parte do poder público em relação a essa e outras comunidades que estão na sua zona de amortecimento.

Palavras-chave: Conservação da natureza; Gestão ambiental; Políticas públicas; Unidades de Conservação.

CHALLENGES OF INTEGRATION OF NATIONAL PARK SERRA DOS ÓRGÃOS WITH THE BONFIM COMMUNITY

2. ABSTRACT

In recent years the Brazil is a most country that have highlighted the creation of specially protected areas. National parks are part of the category that most receive incentives and visibility to be part of the integral protection group and also allow public visitation. The area surrounding the national parks is a sensitive area both for conservation of natural resources and the occupation by human populations living there. This study sought to understand the relationship between the National Park Serra dos Órgãos (PARNASO) and the Bonfim community that is in its immediate surroundings

and partly within the area including park. Therefore, we used census data, document and literature to conduct a case study and quantitative and qualitative analysis of the results. We find that the relationship between park and Bonfim has an ancient history of conflict, but there is a range of possibilities where both parties can benefit. However for this to become a reality it is necessary to the improvement of policies and projects by the government in relation to this and other communities that are in its buffer zone.

Keywords: Nature conservation; Environmental management; Public policy; Conservation unit.

3. INTRODUÇÃO

A criação das áreas protegidas no Brasil se desenvolveu em diferentes momentos da sua história. As áreas protegidas podem ser definidas como uma área terrestre e/ou marinha especialmente dedicada à proteção, à manutenção da diversidade biológica e dos recursos naturais e culturais associados, manejados através de instrumentos legais ou outros instrumentos efetivos (IUCN, 1994).

Seguindo uma tendência internacional originada nos Estados Unidos a partir da criação do Parque de Yellowstone, em 1872, por meio de uma política conhecida como proteção da “wilderness”, ou seja, de uma natureza selvagem e intocada, foram criados primeiramente o Parque Nacional de Itatiaia, em 1937, e, posteriormente, os da Serra dos Órgãos e do Iguaçu, em 1939 (DIEGUES, 2001; MILANO, 2002).

O ano de 2000 marcou uma importante modificação na estrutura de grande parte das áreas protegidas brasileiras (MEDEIROS, 2006). Nele, finalmente, foi concretizada a ambição surgida no final dos anos 70 de estabelecer um sistema único – o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

Após doze anos de intensas discussões, seu texto final é dado pela Lei 9985/2000, definindo 12 categorias de Unidades de Conservação (UC), reunidas em dois grupos: Unidades de Proteção Integral e de Unidades de Conservação de Uso Sustentável. O primeiro grupo seguiu as tendências preservacionistas, com o objetivo de preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais” e, o segundo, claramente conservacionista, visa compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais.

A criação dos parques nacionais em áreas urbanas já densamente ocupadas por grandes cidades levou a inúmeros conflitos, principalmente, quanto à questão fundiária e ao uso dos recursos naturais, seja no seu interior ou no seu entorno.

A presente pesquisa se justifica por fazer parte da política e dos princípios emanados do marco legal de criação do SNUC. Dentre suas diretrizes, destaca-se a que assegura o processo de criação e a gestão das unidades de conservação de forma integrada com as políticas de administração das terras e águas circundantes, considerando as condições e as necessidades sociais e econômicas locais.

As perguntas que nortearam este estudo foram: após o SNUC, houve alguma melhora significativa no relacionamento entre unidades de conservação e comunidades locais? Essas comunidades participam ou têm influência na gestão das unidades? As comunidades percebem a importância do parque para a conservação de recursos naturais e para a manutenção de serviços ambientais que beneficiam as próprias comunidades?

O objetivo deste trabalho foi analisar a integração do Parque Nacional da Serra dos Órgãos e a comunidade do Bonfim, presente tanto no seu interior como no seu entorno. Para tanto, foram analisados os documentos de gestão do parque e os planos, os programas e os projetos do parque.

4. REFERENCIAL TEÓRICO

As áreas protegidas são espaços territorialmente demarcados cuja principal função é a conservação e/ou a preservação de recursos, naturais e/ou culturais, a elas associadas (MEDEIROS, 2003). Conforme Fontana (2004), essas áreas protegidas são essenciais ao processo de conservação dos recursos naturais, principalmente, em termos de *habitat* e de diversidade genética e de espécies.

Com a criação do SNUC, houve um avanço inegável em relação à proteção da natureza. Apesar dos embates políticos para sua criação, Leuzinger (2007) argumenta que essa norma teve o mérito de ter sistematizado o tratamento normativo das UC's, antes previstas de forma desordenadas em diferentes leis e atos administrativos normativos.

Entretanto, ainda há muita polêmica quando o assunto se refere aos diversos tipos de unidades de conservação e até especialistas se confundem com o imenso leque de denominações que se aplicam às áreas protegidas em todo mundo (DOUROJEANNI; PÁDUA, 2001). Outros autores, como Hayes (2006), questionam a própria efetividade das áreas protegidas, sobretudo as de uso mais restritivo, para assegurar a conservação florestal; principalmente, quando a população é excluída do processo, ocorre uma maior pressão sobre as áreas protegidas e, consequentemente, um aumento dos custos de monitoramento e de fiscalização (HAYES, 2006 *apud* RODRIGUES, 2009).

Para Rodrigues (2009), o potencial das áreas protegidas de incrementar o desenvolvimento socioeconômico local requer a implementação de políticas públicas que vão além das questões ambientais devendo incorporar itens básicos como saúde, educação, transporte, comunicação, pois locais de maior ‘pobreza’ exercem pressão sobre a natureza e a ‘natureza’ exerce pressão sobre a pobreza. De acordo com Mansourian *et al.* (2008), ainda que as unidades de conservação não sejam criadas com objetivo de reduzir a pobreza, as expectativas relacionadas à sua contribuição têm aumentado no âmbito sobre a valorização econômica da biodiversidade.

Nesse aspecto, a publicação da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN, 1994), chama atenção para a limitação das áreas protegidas para resolver o problema da pobreza isoladamente, salientando que a redução da pobreza requer um esforço conjunto de vários setores do governo (SCHERL *et al.*, 2004).

As áreas protegidas por si só não irão gerar os amplos benefícios de desenvolvimento necessários para a redução da pobreza. Elas podem contribuir nesse processo ao assegurar que os sistemas naturais necessários para o desenvolvimento estejam disponíveis e funcionais para as atuais e gerações futuras (SCHERL *et al.*, 2004, p. 48).

No contexto atual, o entorno das áreas protegidas representa um grande problema para os gestores das áreas protegidas embora isso, como afirma Pádua (2002), seja consequência de um gerenciamento ineficiente, pois as Unidades de Conservação não fornecem nenhum uso ou benefício para a comunidade. Da mesma forma, para Zeller

(2008), os problemas do entorno, sobretudo dos parques, são, acima de tudo, um reflexo da incapacidade do Estado em fazer cumprir as leis que sanciona.

A gestão precária das UC's tem sido justificada por diversos fatores como falta de vontade política e priorização de políticas de gestão de UC's pelos governos; falta de pessoal capacitado; falta de recursos financeiros; e pela ausência de instrumentos apropriados ao planejamento, como um Plano de Manejo (DOUROJEANNI; PÁDUA, 2001). Como bem observou Dourojeanni (2002), existe mais vontade política em criar parques do que para geri-los. Segundo Pressey (1994), muitas unidades de conservação foram criadas sem um planejamento adequado, mediados por processos outros que não aqueles estritamente científicos, comprometendo a representatividade global da biodiversidade.

Outra questão relevante levantada por Pimentel (2008) envolve os problemas fundiários que são bastante delicados e tratados como mito em algumas discussões técnicas. Isso gera um grande desconforto no meio conservacionista e posicionamentos que, aparentemente, julgam de forma bastante crítica essas iniciativas, como apresentada por Pádua (2002). A autora afirma que praticamente nenhuma UC é criada no Brasil, com implementação e regularização fundiárias previstas em orçamento, o que caracterizaria uma tentativa de enganar a sociedade. Apesar das instituições sociais serem cruciais para resolver os problemas da conservação, elas têm falhado nessa tarefa (ACHESON, 2006).

De acordo com Santos e Paiva (2003), o direito de propriedade pode ser limitado nas zonas de amortecimento e nos corredores ecológicos, desde que não torne a propriedade inviável, sob pena de caracterizar aposseamento administrativo, com a decorrente obrigação do Poder Público de indenizar o proprietário. A necessidade de se conhecer as possibilidades e condições para uma adequada gestão e as necessidades das populações que vivem próximo a essas áreas de preservação, seus hábitos e costumes, para que, consequentemente, obtenha-se a colaboração dessas pessoas na afetiva funcionalidade e administração de UC's, sendo isso fundamental para sua atuação na preservação do meio ambiente e no melhoramento da qualidade de vida das populações (SILVA *et al.*, 2009).

Assim como defende Cozzolino e Irving (2006), boa parte dos conflitos tem origem nas diferentes visões de mundo e de projetos pessoais, entre os diferentes segmentos da população e foram reforçados, ao longo do tempo, por episódios de denúncias e de autuações. A percepção de boa parte da população local é de temática ambiental, está associada a limites em sua liberdade de ação, sendo fundamental adotar estratégias de superação dos problemas locais através da identificação das características ou variáveis sociais relativas dessas populações (MORSELLO, 2001).

A necessidade de ligação entre o manejo de áreas protegidas e as questões relativas às populações locais tem sido justificadas de duas formas diferentes. Na primeira, afirma-se a necessidade de envolvimento para garantir a conservação da área a longo prazo, em geral através da produção de benefícios econômicos para a população. De outra forma, a justificativa é a questão “ética” e política de excluir os pobres com acesso limitado aos recursos da áreas de parques e reservas, sem oferecer-lhes alternativas de sustentação. (WELLS e BRANDON *op. cit.* MORSELLO, 2001).

A pesquisa sobre uma visão integrada de manejo é evidente e a adição da variável humana nessa equação representa um grande desafio (MAZZOTTI; MORGESTERN,

1997). Andrade (2007) expõe que o conselho de uma unidade de conservação constitui importante instrumento de participação da sociedade, devendo ser dada à sua instituição uma devida importância, pois nele se mostra, inicialmente, um interesse de ambas as partes: Poder Público e Sociedade Civil em participar e compartilhar experiências em prol de um assunto comum. Os Conselhos Gestores, de forma geral, favorecem a ampliação do espaço público, reunindo uma diversidade de atores e interesses e cria uma nova relação governo sociedade (MUSSI, 2006).

Portanto, a evolução da discussão sobre desenvolvimento e meio ambiente permite hoje apoiar, em sólida argumentação, a ideia de que os problemas ambientais, longe de contraporem genericamente as pessoas e a natureza, constituem-se em conflitos sociais, que alinham distintos grupos humanos que pretendem diferentes utilizações dos recursos ambientais (IBASE, 1995). Desse modo, essa equação representa um desafio para as políticas públicas, para os projetos encabeçados por organizações não-governamentais e estudiosos nas áreas ambientais.

5. METODOLOGIA

ÁREA DE ESTUDO

O Parque Nacional da Serra dos Órgãos foi criado em 30 de novembro 1939 e possui uma área de aproximadamente 20.024 ha em virtude do processo de ampliação concluído em 2008 (Figura 1). Atualmente, o parque abrange os municípios de Petrópolis, Teresópolis, Magé e Guapimirim, que juntos totalizam uma população estimada em mais de 700 mil habitantes.

O parque está inserido totalmente no bioma da Mata Atlântica, no bloco de remanescentes florestais da Região Serrana Central, um dos maiores blocos de vegetação em bom estado de conservação no estado do Rio de Janeiro.

A região dos municípios do entorno do parque tem uma população próxima de um milhão de pessoas, predominantemente urbana (90%) e tem parcela significativa de população flutuante, representada por veranistas que passam férias de verão e inverno na região (IBGE, 2010).

A Área Estratégica Externa Bonfim está limitada pelo Parque (a leste), pelo rio do Bonfim (ao sul e a oeste) e pelo córrego Mata Porcos (ao norte), incluindo a parte do Bonfim que está fora do limite do PARNASO (Figura 2). A comunidade do Bonfim é um caso emblemático na relação do parque com as comunidades presentes no seu entorno (CORRÊA, 2009; LOURENÇO, 2010; ROCHA, 2002; RIBEIRO *et al.*, 2011).

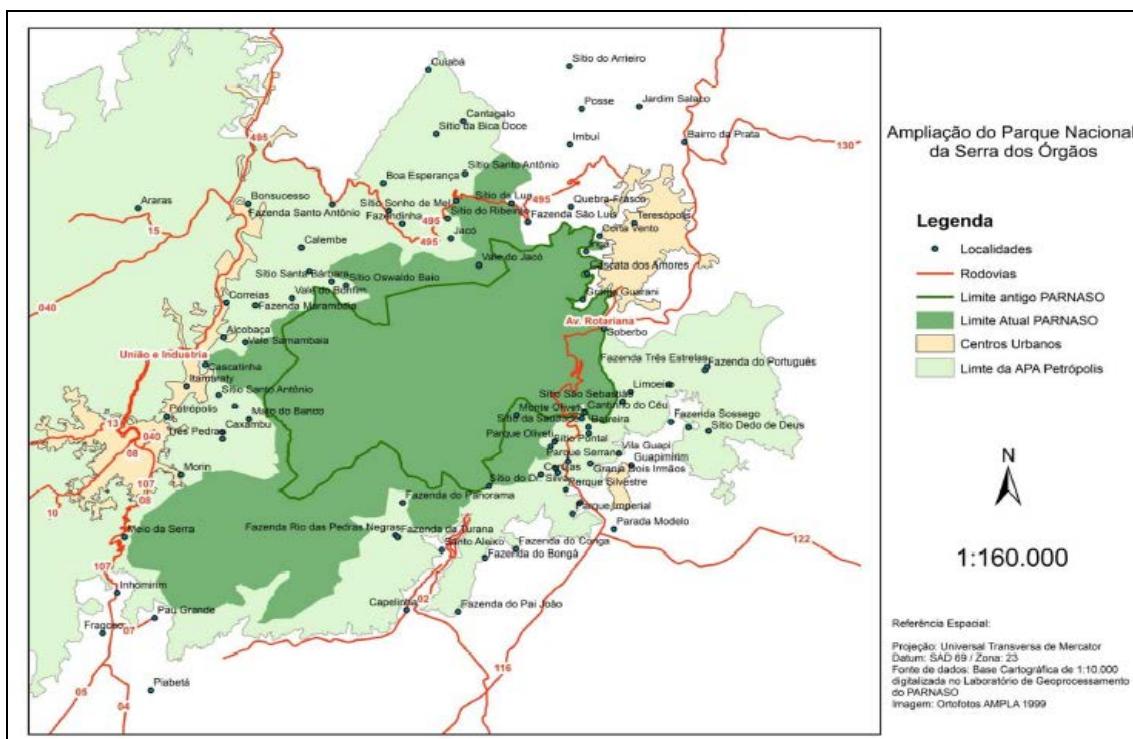
O Bonfim está situado no bairro de Corrêas, no município de Petrópolis, e possui, em seu interior, uma das portarias do Parque – a Sede de Petrópolis. O bairro constitui área geopolítica urbana, embora apresente aspectos rurais, como agricultura familiar, área de reserva ambiental e ecoturismo.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa foi desenvolvida através de um estudo de caso sobre o Parque Nacional da Serra dos Órgãos e a comunidade do Bonfim, que se encontra no seu

interior e no seu entorno imediato (YIN, 2005). O presente trabalho faz parte dos resultados encontrados na dissertação de mestrado intitulada “Desafios e Oportunidades da Integração do Parque Nacional da Serra dos Órgãos com as comunidades do entorno” (SOUZA FILHO, 2012). O estudo utilizou dados quantitativos e qualitativos e seguiram os seguintes passos: (1) pesquisa bibliográfica e documental, (2) observação direta em campo, (3) entrevista semi-estruturada, como técnicas de coleta de dados e (4) análise de conteúdo (MINAYO, 2007; BONI; QUARESMA, 2005).

Figura 1 - O PARNASO e seus limites.



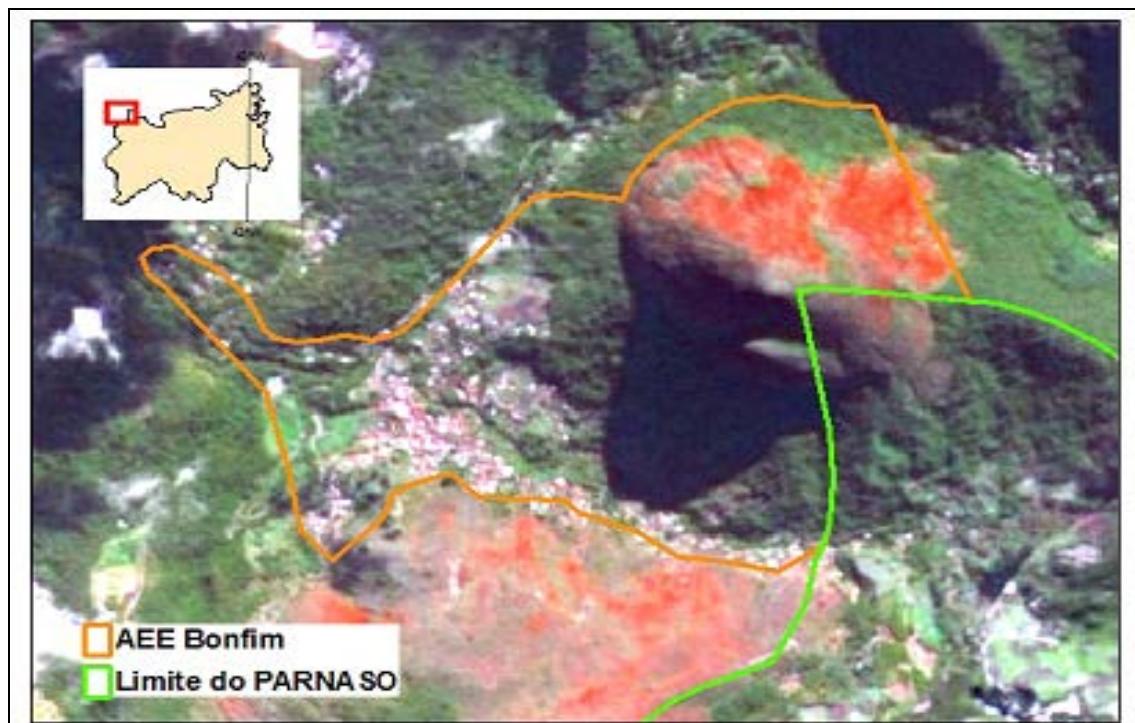
Fonte: ICMBIO (2008)

Para a realização da pesquisa bibliográfica e documental, foram consultados livros, teses de doutorado, dissertações de mestrado, artigos e periódicos em bibliotecas e na internet, como dados virtuais da CAPES e SCIELO. Essa etapa abrangeu também documentos oficiais de diferentes órgãos, entre eles, o Centro de Referência da Biodiversidade do PARNASO, o Portal eletrônico do Ministério do Meio Ambiente, do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Base de Dados da Legislação Brasileira do Senado Federal. Os dados censitários foram obtidos através do Sistema IBGE de Recuperação Automática do Banco de Dados Integrados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE).

A observação direta em campo foi acompanhada por um representante da PARNASO e/ou com membros da comunidade. Para tal, foram feitos os contatos prévios com a direção do parque e com as lideranças locais, a fim de se criar condições oportunas (dia, hora, local) e situações amistosas de diálogo. A observação foi empreendida *in loco* e em reuniões como as do conselho gestor do parque.

(CONPARNASO), da Câmara Técnica de Educação Ambiental do parque e outros eventos realizados na própria comunidade do Bonfim.

Figura 2 - Área Estratégica Externa Bonfim.



Fonte: ICMBIO, 2008.

Antecedendo as entrevistas, foi feito um planejamento e foi elaborado o roteiro de perguntas abertas e fechadas, a partir da fase da observação direta. Foram identificados os principais atores e interlocutores locais de diferentes classes sociais, escolaridade, sexo e faixas etárias. Para registro das entrevistas, foi utilizado um gravador de voz e, posteriormente, feita à transcrição das gravações. Os atores sociais identificados para as entrevistas foram o presidente e membros de associações de moradores, diretores de escolas e unidades de saúde, empresários e representantes do poder público dessa região e do PARNASO. Toda a coleta de dados foi realizada entre os anos de 2010 a 2012 e, após a essas fases, os dados reunidos foram analisados conforme a metodologia de análise de conteúdos, segundo Boni e Quaresma (2005).

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Houve um crescimento significativo da população residente no bairro do Bonfim (CORRÊA, 2009; IBGE, 2010). No ano de 1994, foram cadastradas 85 famílias, num total de 311 pessoas, ocupando cerca de 100 ha no interior do Parque. Em 2008, o Bonfim possuía 120 famílias e um total de 393 pessoas morando no interior do Parque. De acordo com últimos dados censitários, existem, atualmente, 1.785 residentes no bairro e 523 famílias.

O local pode ser dividido em três regiões sócio-espaciais com diferentes ocupações do solo, demografia, condições socioeconômicas, conforme Lourenço

(2010). Corrêa (2009) dividiu a localidade basicamente em apenas dois trechos com características bastante distintas: Alto Bonfim e Baixo Bonfim. O Baixo Bonfim é considerado uma área urbana, ocupada por trabalhadores do centro urbano de Petrópolis e o Alto Bonfim é considerado uma área rural, constituída basicamente por produtores rurais.

O alto Bonfim, também chamado de “parte de cima” ou “parte rural”, consiste em uma região de reserva ambiental da Mata Atlântica, devido a, legalmente, enquadrar-se dentro do Parque Nacional. É onde estão as lavouras de agricultura familiar, sendo muitos agricultores descendentes dos empregados da antiga fazenda Sampaio.

No alto Bonfim, 61,9% dos chefes de família têm ocupações relacionadas com agricultura. Nessa área, também residem os neo-rurais e os donos das pousadas, os quais compõem o grupo de sete famílias com formação de ensino superior (LOURENÇO, 2010). Podem-se destacar os seguintes eventos em relação à comunidade (Quadro 1).

A infraestrutura que a localidade possui atualmente é resultado do esforço e da insistência da população local junto às autoridades municipais e estaduais. Esse contexto revela um histórico de perseverança e de organização dos moradores do Bonfim em busca de melhores condições de vida (CORRÊA, 2009). Ainda assim, em algumas regiões do bairro, há nítido processo de favelização (LOURENÇO, 2010).

A comunidade é cortada por uma estrada pavimentada (Estrada do Bonfim), duas linhas de ônibus, que só passaram a fazer todo percurso do bairro em 2001, e serviços públicos de luz e telefone, que chegaram em 1987. No local, existe ainda uma igreja tradicional – a Igreja Nossa Senhor do Bonfim, uma seção eleitoral, um posto de saúde, aberto em 1992, e duas escolas – a Escola Rural do Bonfim e a Escola Municipal Odete Young Monteiro.

A maior parte da população utiliza poços ou nascentes que fornecem o abastecimento de água no local e uma menor parte recebe água da concessionária Águas do Imperador. Além disso, há coleta regular de lixo e não há uma rede coletora de esgoto em todas as residências, ocorrendo à presença de fossas sépticas (ICMBIO, 2008).

No local, desenvolvem-se atividades de turismo ecológico e de produção rural. Porém, a principal vocação do Bonfim é baseada nas atividades agrícolas de produção de hortaliças e flores, normalmente desenvolvidas nas encostas dos morros, além da produção de mudas de árvores e a criação de abelhas (Figura 3).

A produção do Bonfim varia quantitativamente entre os produtores. Alguns são feirantes, outros possuem boxes no horto-mercado de Itaipava e outros coordenam ainda uma Cooperativa, comprando dos produtores menores para revender os produtos em outras cidades. Diariamente, saem do Bonfim aproximadamente 20 caminhões com essa produção, a qual abastece o horto-mercado de Itaipava, algumas feiras e supermercados de Petrópolis. Os produtores também fornecem para as cidades de Volta Redonda, Campos, Juiz de Fora e da Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro (CORRÊA, 2009; ICMBIO, 2008).

As pesquisas realizadas no local identificaram uma intensa ligação afetiva dos moradores do Bonfim com o lugar. A atividade rural e o amor à terra são transmitidos de uma geração para outra. Além da ligação afetiva dos moradores com o lugar, a pesquisa também indicou que esses possuem uma rede de comunicação interna, que favorece a sua organização em Associações (CORRÊA, 2009).

Quadro 1 - Principais acontecimentos históricos na relação Parque e Bonfim.

Fim do século XIX	Formação da Fazenda Bonfim ou Fazenda da Palha, pertencente à família Sampaio que deu início ao processo de ocupação do local.
1930 a 1940	Período de grande prosperidade da Fazenda através da produção de café.
1939	Criação do Parque Nacional da Serra dos Órgãos.
1940	A Fazenda Bonfim entra em declínio e é abandonada pelos proprietários, sendo aos poucos ocupada pelos empregados.
1940 a 1970	Os proprietários da fazenda tentam retomar a posse da terra.
1978	Os proprietários tentam sem sucesso embargar a construção de moradias.
1980	Publicado o primeiro plano de manejo do Parque, em que o Bonfim foi considerado como uma área de desenvolvimento, fora de seus limites, mas em vias de incorporação através da doação dos proprietários da fazenda.
1984	Início dos trabalhos de delimitação do Parque, com uma proposta de compra das terras pelo IDBF e transferência dos moradores, o que acabou não ocorrendo.
	Fundação da primeira Associação de Moradores e Produtores do Bonfim, com objetivo de impedir a incorporação das suas terras no PARNASO.
	Publicado o decreto nº 90.023 definindo os limites do Parque, incluindo toda a localidade do Bonfim no interior dos limites do PARNASO.
1989	Criada a Associação de Produtores Rurais do Bonfim, permanecendo a antiga Associação de Moradores vinculada apenas à parte baixa da localidade com características mais urbanas, e que, oficialmente, não está no interior dos limites do Parque.
1994	Foi realizada a demarcação física em vigor dos limites do PARNASO e foi constatado que grande parte da localidade do Bonfim estava no interior do Parque.
1999	Foi instalada, na localidade, a portaria de acesso ao PARNASO. A doação das terras para essa portaria foi realizada por um produtor rural e a sua construção foi resultado do esforço coletivo dos moradores (ICMBio, 2008b).
2006	Foram realizadas reuniões abertas da administração do PARNASO com as localidades do entorno e, na Oficina de Planejamento Participativo do Plano de Manejo, foi levantada a visão das comunidades do entorno e do interior sobre o PARNASO.
2008	Publicada a revisão do plano de manejo do Parque, ainda incluindo o Bonfim dentro de seus limites.

A população local se organiza em quatro associações: Associação de Produtores e Moradores do Bonfim, Associação de Produtores Rurais do Bonfim, Associação de Apoio à Escola Rural do Bonfim e Sociedade Vale do Bonfim. Além disso, essas

associações têm representação no Conselho Consultivo do PARNASO e nas brigadas de incêndio do PREVFOGO (ICMBIO, 2008).

Figura 3 - A produção rural do Bonfim.



Nas entrevistas e reuniões locais no Bonfim, pode-se constatar que a administração do Parque é reconhecida como protagonista da tensão com os moradores em que a principal questão está relacionada com a regularização fundiária. Após a delimitação do Parque em 1984, o parque se tornou mais presente no local, restringindo algumas práticas cotidianas da população local relacionadas à utilização de recursos naturais (CORRÊA, 2009; ROCHA, 2002; LOURENÇO, 2010).

Cabe destacar que o próprio Plano de Ação Emergencial do PARNASO, elaborado em 1994, reconheceu que essas áreas não foram invadidas, mas sim o próprio parque as incluiu na sua delimitação estabelecida por decreto. Assim, como o Bonfim, o mesmo aconteceu com a comunidade rural do Vale do Jacó na qual também foram incorporadas dentro do parque.

Nessa mesma época, começou um trabalho com as ONG's locais estimulando o reflorestamento, a agricultura orgânica e o desenvolvimento de atividades de educação ambiental, além de reuniões entre a administração do parque com agricultores e moradores da área a respeito dos limites da unidade. Em princípio, concluiu-se que as propriedades que não estivessem dentro do PARNASO, estariam então dentro da APA de Petrópolis.

A relação com a administração do PARNASO começou a progredir, nos últimos anos, com a construção da guarita na porta de entrada da sub-sede do Parque no Bonfim. O terreno para a construção foi doado por um produtor, em 1997, e a construção foi realizada pelos próprios moradores (resultado de um esforço coletivo) e com recursos de pessoas influentes da localidade. A inauguração da portaria do Parque, em 1999, representou uma mudança significativa no relacionamento da população local com a administração do parque (Figura 4).

Houve também uma maior integração com a reforma do CONPARNASO – Conselho Gestor do Parque Nacional Serra dos Órgãos, com uma maior participação dos moradores do Bonfim nas reuniões. Nos anos de 2007 e 2008, a problemática

fundária do Bonfim foi quatro vezes tema de pauta do Conselho. Em 2008, os administradores do Parque estiveram presentes em algumas reuniões da Associação de Produtores Rurais da comunidade. Como consequência deste processo, foi proposta ao CONPARNASO a criação da Câmara Técnica temporária de Conflitos Fundiários, com o objetivo específico de tentar equacionar a questão fundiária no Bonfim, em conjunto com o Grupo de Trabalho e com a administração do Parque.

Figura 4 - Portaria do PARNASO no Bonfim.



Apesar de todos esses movimentos e das oscilações entre momentos de tensão e de “esvaziamento da questão”, os processos não foram adiante e a situação fundiária da localidade persiste sem a devida regularização. Entretanto, atualmente, a população local paga o imposto territorial rural e detém o direito da posse da terra.

Interessante notar que as entrevistas realizadas por este trabalho e outras pesquisas realizadas no bairro reafirmam o reconhecimento da população local com relação à contribuição da administração do parque para a fiscalização do turismo predatório, para a educação da população, de visitantes e para o impedimento da favelização na área.

As associações locais são inegavelmente mobilizadas e ativas. A partir das suas reuniões, foram elaborados balanços de produção agrícola na comunidade, principal fonte econômica da área rural e de um projeto chamado Circuito Eco-Turístico do Bonfim: Trilhas do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, proposto em parceria com uma ONG local chamada Instituto de Desenvolvimento Sustentável da Serra Fluminense – (ECOSERRA).

Após um seminário chamado SOS Bonfim, realizado no ano de 2001, formou-se um grupo de trabalho composto por cinco entidades existentes na comunidade: as associações de Apoio à Escola Rural do Bonfim, os Produtores e Moradores do Bonfim, os Produtores Rurais do Bonfim, Programa Saúde da Família / NUDDS – Núcleo Descentralizado de Saúde e a Sociedade Vale do Bonfim, buscando a preservação ambiental da área, a melhoria das condições de vida de sua população e o desenvolvimento sustentável a partir das práticas de eco-turismo. Neste trabalho, o PARNASO foi indicado como um dos principais geradores de visitantes da região que

buscam, em seus limites, o prazer, a contemplação, a pesquisa e a aventura. A portaria situada na margem esquerda do rio Bonfim tem uma média de 3.000 visitantes por mês, chegando a picos de 4.000 pessoas mês.

No Vale do Bonfim, há uma cobertura vegetal de florestas primárias, secundárias e campos de altitude, com áreas de relevante biodiversidade, cachoeiras, cascatas, rios, corredeiras, poços, piscinas naturais, picos, montanhas, paredões rochosos, cavidades, grutas, furnas, mirantes naturais, aves, orquídeas, bromélias *etc.* Entre os atrativos naturais, estão sítios como os Portais de Hércules e as formações rochosas do Castelo do Açú, com altitude de 2.232 metros, de onde se pode ter uma visão privilegiada de todas as principais montanhas do Parque; o Escalavrado, logo a seguir, o Dedo de Nossa Senhora, o Dedo de Deus, Cabeça de Peixe, Santo Antônio, São João, Verruga do Frade, Agulha do Diabo, Garrafão e até a Pedra do Sino, ponto culminante da Serra com 2.263 metros de altitude.

O Pico do Alcobaça tem 1.787 metros de altura e seu cume em forma de um grande platô arredondado, proporciona uma visão de 360° graus, levando o turista a descontinar a Baía de Guanabara, Petrópolis, Itaipava, e Serra dos Órgãos. A cachoeira do Véu da Noiva, cachoeira mais famosa do Parque Nacional, tem 40 metros de altura, propiciando a realização do Rappel e do Cascading, cercada de Mata Atlântica com muitas bromélias e orquídeas. Existem ainda a Cachoeira do Pinheiral, do Tarzan, das Bromélias, das Andorinhas, da Jibóia, os rios Bonfim e Alcobaça, a Pedra do Alicate, do Cone, Comprida e as Janelas do Bonfim que impressionam tanto pela vegetação existente, como pelo paredão rochoso.

Um relatório produzido no ano de 2008 pelo Departamento de Engenharia Cartográfica da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) chama a atenção para a conservação das áreas florestadas do vale do Bonfim. Esse documento intitula-se ‘Consolidação territorial do Parque Nacional da Serra dos Órgãos: Uso da Terra no Bonfim’ (Tabela 1).

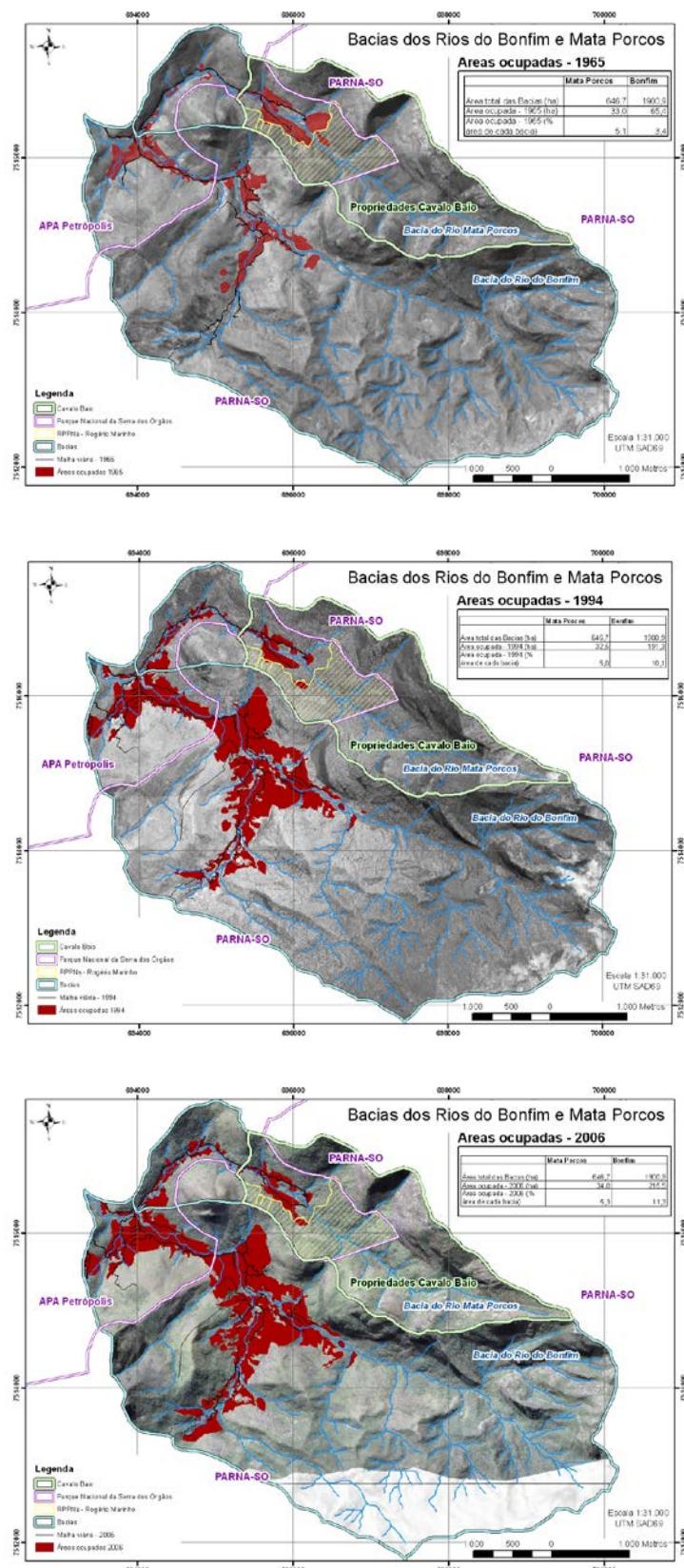
Nesse trabalho, os autores compararam algumas variáveis disponíveis entre os anos de 1965 a 2006. Entre as variáveis identificáveis, estavam a vegetação, a área agrícola, as obras e as edificações. De acordo com esses dados, pode-se constatar, no que diz respeito à vegetação, houve um acréscimo de mais de 100% ao longo desses 40 anos.

Tabela 1 - Comparação uso da terra no Bonfim de 1965 a 2006

	1965	1975	1994	2006
Obra e Edificação	3.411	6.542	36.942	49.084
Vegetação	390.146	325.767	428.109	841.165
Área Agrícola	21.633	86.108	680.591	582.183

Porém, esse movimento não foi constante no decorrer do tempo. Entre os anos de 1965 e 1975, houve uma perda de vegetação na localidade, possivelmente, devido à especulação imobiliária e ao aumento significativo da atividade agrícola. A partir de 1994 até 2006, embora tenha havido crescimento das áreas agrícolas, de obras e edificações, houve um grande acréscimo da vegetação. Isso pode ser respondido pelo maior controle do parque na região, principalmente, após a criação da sede localizada no Bonfim.

Figura 5 - Comparação de vegetação e uso do solo no Bonfim dos anos 1965, 1994 e 2006.(Área do mapa em vermelho corresponde vegetação).



Além disso, conforme as informações levantadas na comunidade, houve uma maior conscientização por parte dos moradores que começaram a perceber, na sua prática, a ligação entre sua produção e os recursos ambientais, como manutenção dos nutrientes do solo, da água e de combate a queimadas.

De acordo com esse levantamento cartográfico, os resultados representam um avanço que permitiu análise espacial criteriosa indicativa de padrões de uso da Terra, com indícios de algum manejo bem sucedido, que induz afirmar que a recuperação de áreas de vegetação, seja por processo contínuo natural, ou pela intervenção humana (RIBEIRO *et al.*, 2011). Valverde (2009) mapeou, posteriormente, e quantificou os percentuais de áreas ocupadas por culturas e construções ao longo das últimas quatro décadas, fazendo uma comparação entre a APA de Petrópolis e o PARNASO (bacias do Rio Bonfim e Mata Porcos) (Mapas da Figura 5).

Este trabalho se desenvolveu em base cartográfica na escala de 1:10.000 (sistema geodésico de projeção UTM SAD69) a partir de interpretação visual de ortofotografias aéreas. Foram gerados os seguintes mapas de vegetação e uso do solo das Bacias do Rio Bonfim e Mata Porcos, na escala 1:33.000, dos anos 1965, 1975, 1994, 1999, 2003 e 2006. Os mapas gerados corroboram com os dados anteriormente discutidos, em que o aumento das ocupações humanas no interior do PARNASO estagnou, principalmente, após a criação da portaria da sede Petrópolis no ano de 1999 e uma maior presença do Parque na região. A presença do órgão gestor e o controle da visitação na área foram fundamentais para a desaceleração da conversão das terras do Parque e da sua degradação (VALVERDE, 2009).

Apesar das dificuldades na relação do Parque Nacional da Serra dos Órgãos com as comunidades do entorno, nos últimos vinte anos, os documentos de gestão analisados demonstraram que a gestão do parque tem procurado uma maior integração com essas comunidades, considerando o histórico de conflitos com as populações locais. A integração e o diálogo entre o Parque e as comunidades locais ainda estão aquém do ideal, tendo um grande e longo caminho a ser percorrido. Após 73 anos de existência, pode-se afirmar que, na prática, os projetos desenvolvidos pelo Parque, especificamente voltados para a relação com as populações do seu entorno, ainda são insuficientes, descontínuos, pontuais e necessitam de maior investimento financeiro e técnico.

7. CONCLUSÕES

O crescimento urbano dos municípios do entorno do PARNASO tem sido desordenado e, em alguns casos, adentrando nos limites da unidade. Juntamente com o mau uso do solo, inclusive com a utilização de fogo, são as principais ameaças à conservação da biodiversidade do Parque Nacional da Serra dos Órgãos.

As ocupações vêm se expandindo nas duas portas principais do parque, as cidades de Teresópolis e Petrópolis, em confronto com os requisitos da legislação ambiental vigente (ICMBIO, 2008; VALVERDE, 2009).

A comunidade do Bonfim é extremamente heterogênea, com diferenças sociais, econômicas e culturais. Existem, no seu interior, áreas urbanas e rurais. Os acessos a serviços como educação, saúde, transporte, abastecimento de água, saneamento básico também difere entre localidades com maior e menor carência desses serviços.

Os instrumentos de gestão, como os planos de manejo e projetos, tornaram-se mais abrangentes em relação às populações locais ligadas ao parque. Porém, a simples elaboração desses documentos não garante a integração com essas comunidades.

Ainda assim, mesmo com marcantes conflitos principalmente em relação à questão fundiária, a mobilização da comunidade do Bonfim apresenta diversas oportunidades de entendimento e diálogo. Tanto a conservação dos recursos naturais como a subsistência econômica e cultural da população deve andar de mãos dadas. Esse é o grande desafio para os gestores das UC's, tomadores de decisão, e sociedade.

Importante destacar que a simples construção do portal de entrada na comunidade no ano de 1994 e sua participação mais efetiva no conselho do PARNASO contribuíram para frear a transformação do uso do solo para a agricultura e para que áreas de vegetação dentro da localidade fossem conservadas.

Portanto, ainda há um longo caminho para que toda a parcela da sociedade perceba os benefícios que as criações de áreas especialmente protegidas proporcionam para a proteção dos recursos naturais e a manutenção de suas próprias vidas. Assim como é um grande desafio para os gestores das UC's promoverem a integração das populações locais na sua gestão, sem as quais todos os esforços de conservação ficam comprometidos.

8. REFERÊNCIAS

- ACHESON, J. M. Institutional failure in resource management. **Annual Review of Anthropology**, Palo Alto, v.35, n.1, p.117-134, 2006.
- ANDRADE, J. T. **Gestão Participativa de Unidades de Conservação no Brasil – Interpretando a APA Petrópolis**. 2007. 119f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais e Florestais) - Instituto de Florestas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2007.
- BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a Entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v.2, n.1, p.68-80, jan.-jul, 2005.
- BRASIL. Lei nº. 9.985 de 2000. **Institui o Sistema nacional de unidades de conservação**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 15 mar. 2015.
- CÔRREA, F. V. **O Parque Nacional da Serra dos Órgãos**: Entendendo a dinâmica do conflito na gestão. 2009. 252f. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ/Programa EICOS/Instituto de Psicologia, Rio de Janeiro, 2009.
- COZZOLINO, L. F. F.; IRVING, M. A. Gestão em Unidades de Conservação: Um caminho teórico e metodológico possível a partir da ótica da Governança na APA do SANA (Macaé-RJ). In: **Áreas Protegidas e Inclusão Social (Construindo novos significados)**. Marta de Azevedo Irving (Organizadora). Rio de Janeiro: Fundação Bio-Rio: Núcleo de Produção Editorial Aquarius, 2006.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. Quinta edição. São Paulo: Hucitec, 2001.

DOUROJEANNI, M.; PÁDUA, M. T. J. **Biodiversidade: A Hora Decisiva**. Curitiba: Ed. da UFPR, p.308, 2001.

DOUROJEANNI, M. J. Vontade política para estabelecer e manejar parques. In: TERBORGH, J.; VAN SCHAIK, C.; DAVENPORT, L.; RAO, M. (Org.). **Tornando os parques eficientes: estratégias para conservação da natureza nos trópicos**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná. Fundação O Boticário de Proteção da Natureza, cap.23 p.347-362, 2002.

HAYES, T. M. Parks, People e Forest Protection: an institucional assessment of the effectiveness of protect areas. **World Development**, v.34, n.12, 2006.

IBASE. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. **Conflitos sociais e meio ambiente: desafios políticos e conceituais**. Rio de Janeiro, 1995.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Censo 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/default_territ_area.shtml>. Acesso em: 11 fev. 2012.

ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra dos Órgãos**. Brasília, 2008.

LEUZINGER, M. D. **Natureza e Cultura**: direito ao ambiente equilibrado e direitos culturais diante da criação de unidades de conservação de proteção integral e domínio público habitadas por populações tradicionais. 2007. 347f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

LOURENÇO, A. E. P. **O Bonfim na Balança**: um estudo sobre ruralidade e saúde por meio da análise do estado nutricional das práticas alimentares e da agricultura num bairro de Petrópolis. 2010. 191f. Tese (Doutorado em Ciências na área da Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2010.

MANSOURIAN, S. Poverty and Protected Áreas. IN: Secretariat of the Convention on Biological Diversity. **Protected Areas in today's World: Their Valves and Benefits for the Welfare of the planet**. Montreal: Techinical Series, n.36, v.1, p.18-28, 2008.

MAZZOTTI, F.; MORGESTERN, C. S. A scientific framework of managing urban and natural areas. **Landscape and Urban Planning**, Amsterdam, n.38, v.2, p.171-181, 1997.

MEDEIROS, R. **A Proteção da natureza**: das estratégias internacionais e nacionais às demandas locais. 2003. 391f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

MEDEIROS, R. 2006. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. **Revista Ambiente e Sociedade**, v.9, n.1, p.41-64, jan/jun2006.

MILANO, M. S. Porque existem unidades de conservação. (Org.). **Unidades de conservação: atualidades e tendências**. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção da Natureza, 2002. p.193-208.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2007.

MORSELLO, C. **Áreas Protegidas Públicas e Privadas: Seleção e Manejo**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2001. 344f.

MUSSI, S. M; LOUREIRO, C. F. B. Gestão Participativa em Conselhos de Unidades de conservação do Rio de Janeiro: A Educação Ambiental como instrumento de mediação. **Sociedade e Meio Ambiente**. Uberlândia, v.10, n.2, p.115-121, 2006.

PÁDUA, M T. J. Unidades de conservação, muito mais do que atos de criação e planos de manejo. In: MILANO, M. S. (Org.). **Unidades de conservação: atualidades e tendências**. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção da Natureza, 2002. p.3-14.

PIMENTEL, D. S. **Os “parques de papel” e o papel social dos parques**. 2008. 254 f. Tese (Doutorado em Recursos Florestais) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2008.

PRESSEY, R. L. Ad hoc reservations: forward or backward step in developing representative reserve systems? **Conservation Biology**. Washington, v.8, n.3. p.662-668, Sept., 1994.

RIBEIRO, G. P.; SANTOS, A. W.; BARTEL, B. F. Mapeamento digital do uso da terra e cobertura vegetal do Bonfim, Petrópolis, RJ, a partir de imagens sensoriais e dados GNSS. In: VI COLÓQUIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS GEODÉSICAS. Curitiba, 12 a 14 de set. de 2011. **Anais...** Curitiba, 2011.

ROCHA, L. G. M. **Os parques nacionais do Brasil e a questão fundiária**: o caso do Parque Nacional da Serra dos Órgãos. 2002. 190f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2002.

RODRIGUES, C. G. O. **O uso do público nos parques nacionais**: a relação entre as esferas pública e privada na apropriação da biodiversidade. 2009. 358f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SANTOS, M. J. C.; PAIVA, S.N. Os sistemas agroflorestais como alternativa econômica em pequenas propriedades rurais: estudo de caso. **Revista de Ciência Florestal**, Santa Maria, v.12, n.1, p.135-141, 2003.

SCHERL, L. M.; WILSON, A.; WILD, R.; BLOCKHUS, J.; FRANKS, P.; McNEELY, J. A.; McSHANE, T. O. **Can protected areas contribute to poverty reduction?** Opportunities and limitations. Gland, Switzerland: IUCN, 2004.

SILVA, T. S.; CÂNDIDO, G. A.; FREIRE, E. M. X. Conceitos, percepções e estratégias para conservação de uma estação ecológica da Caatinga nordestina por populações do seu entorno. **Sociedade e Natureza** (Online), v.21, n.2, p.1982-4513, 2009.

SOUZA FILHO, H. F. **Desafios e oportunidades da integração do Parque Nacional da Serra dos Órgãos com as comunidades do entorno.** 2012. 95f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2012.

WELLS, M; BRANDON, K. **Conservation of Newtropical Parks - People and Parks. Linking Protected Area Management with Local Communities.** 1992.

UICN. **Guidelines Protected Area Management Categories.** Gland: UICN. 1994.

VALVERDE, Y. **Áreas de Proteção Ambiental (APAs): A Conservação em Sistemas de Paisagens Protegidas – Análise da APA Petrópolis/RJ.** 2009. 340f. Dissertação (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, Rio de Janeiro, 2009.

YIN, R. K. **Estudo de Caso:** planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZELLER, R. H. **Aplicabilidade dos Planos de Manejo em Oito Parques Nacionais do Sul e Sudeste do Brasil.** 2008. 166f. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais) – Departamento de Ciências Florestais, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.